



Terceira reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento de Biguaçu (CONDEM) para discussão da Revisão do Plano Diretor Participativo (PDP)

BIGUAÇU, 18 DE MAIO DE 2023

1. ABERTURA

A terceira reunião extraordinária do Conselho de Desenvolvimento de Biguaçu para discussão da Revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) foi realizada no dia 18 de maio de 2023 (quarta-feira), convocada para as 19h00 e sendo iniciada às 19h15, no Salão da Igreja Matriz de Biguaçu.

A reunião foi aberta pelo arquiteto Gustavo Pires de Andrade, da equipe técnica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que saudou todos os conselheiros titulares e suplentes presentes e explicou que a pauta para reunião será a votação das atas das duas reuniões anteriores, a votação de uma proposta de alteração do cronograma de discussão da Leitura da Cidade e da segunda Audiência Pública, e a continuidade da apresentação e discussão da Leitura da Cidade de Biguaçu.

O arquiteto Gustavo submeteu à votação as atas das reuniões dos dias 4 e 10 de maio. Foi perguntado para os presentes se as atas poderiam ser votadas em conjunto. Os presentes concordaram. Submetidas à votação, no total 11 pessoas votaram a favor da aprovação das atas. Nenhuma pessoa se manifestou contra a aprovação das atas. Também não houve nenhuma abstenção.

O arquiteto Gustavo comentou que há duas semanas havia sido aprovado um cronograma pelo CONDEM para discussão da Leitura da Cidade. Explicou que devido ao interesse demonstrado pelos conselheiros pela discussão da Leitura da Cidade, a equipe técnica sugeriu que a discussão fosse estendida por mais uma reunião, indicando que poderia ser feita uma reunião on-line na semana seguinte, no dia 24 de maio. Foi explicado que com a ampliação da discussão, haveria impacto nas datas da reunião ordinária do CONDEM, que passaria para o dia 31 de maio, e também na data da Audiência Pública da Leitura da Cidade, que passaria para o dia 7 de junho.

O Sr. Glaucio Staskoviak Júnior, representante da OAB, perguntou como seria respeitado o prazo para divulgação da Audiência Pública. O arquiteto Gustavo respondeu que haverá ampla divulgação nos 15 dias que antecedem a realização da



Audiência Pública. Em seguida, o arquiteto perguntou se a votação para a alteração das datas do cronograma poderia ser feita em bloco. Os presentes concordaram. Foi submetida a votação a alteração do cronograma de discussão da Leitura Técnica no CONDEM, que incluiria uma nova reunião no dia 24 de maio, e a alteração da data da segunda Audiência Pública, que seria no dia 7 de junho. Houve 12 votos a favor. Nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Na sequência, o arquiteto Gustavo disse que o próximo ponto da pauta seria dar continuidade à apresentação da Leitura da Cidade. Foi perguntado se os presentes aceitariam aguardar 5 minutos para que a arquiteta Bianca Coelho, da Equipe Técnica da UFSC, chegasse para retomar do ponto parado na última reunião, o que foi aceito pelos presentes.

O arquiteto Gustavo deu as boas-vindas ao Sr. Sandro Marcos Coutinho, representante da FAMABI e também à arquiteta Bianca, que chegou em seguida. O Sr. Éderson Kremer de Souza, da Secretaria de Receita, comentou que a reunião do dia 31 de maio também será on-line.

O arquiteto Gustavo passou a palavra à arquiteta Bianca, que deu início à sua apresentação, dando continuidade à apresentação da Leitura Técnica, parte integrante da Leitura da Cidade, que havia começado na reunião da semana anterior. Foram repassados alguns conceitos sobre a função social da cidade, mencionados no Estatuto da Cidade. Em seguida, foram apresentados temas relacionados ao sistema de áreas livres de lazer e recreação, em que foram mapeados diferentes tipos de espaços. Foi mencionado que há uma concentração de áreas livres na área urbana central. Foram apresentados diversos mapeamentos de espaços públicos diversos, incluindo estruturas náuticas, cachoeiras, trilhas, praias, entre outros.

Sobre o tema da Mobilidade Urbana, foram apresentados mapeamentos e diagnósticos gerais dos diferentes modais nas diferentes localidades de Biguaçu, com ênfase em como ocorrem os deslocamentos que afetam Biguaçu dentro do contexto da área metropolitana de Florianópolis, além do tráfego em escala nacional que passa pela BR101. Foi apresentada a hierarquia viária atual e a situação futura que se configurará quando forem concluídas as obras da alça de contorno da BR101.

Foram apresentados diagnósticos de cada modal isoladamente, iniciando pela mobilidade pedestre, em que influenciam a qualidade inclusive o tamanho de quadras, por exemplo. Foi mencionado que muitas áreas de Biguaçu apresentam quarteirões pequenos, o que é positivo, resultante da própria regulamentação do parcelamento previsto no Plano Diretor. Por outro lado, a qualidade das calçadas é um aspecto negativo que foi mencionado inclusive nas oficinas comunitárias. Também a difícil



travessia da BR101 para pedestres e ciclistas também foi apresentada como um aspecto negativo.

A grande quantidade de ciclistas em Biguaçu foi citada, assim como a presença de alguma infraestrutura cicloviária, embora não seja configurada uma extensa rede cicloviária. A Sr^a Priscila Lopes, representante da Área 01, questionou se a ciclo-rota no caminho de Três Riachos poderia ser considerada uma infraestrutura viária, pois não é uma ciclovia e há apenas uma pintura no chão. A arquiteta Bianca respondeu que a ciclo-rota aparece no mapeamento como ciclo-rota, reconhecendo que o ciclista fica mais exposto a riscos nesta situação do que se houvesse uma ciclovia segregada.

Sobre o transporte coletivo, a arquiteta Bianca mencionou a previsão do sistema integrado de ônibus, mas que este ainda não foi implementado. Foram apresentados mapeamentos com raios de distância a partir de pontos de ônibus, um dos indicadores de qualidade do transporte. Foram apresentadas algumas propostas existentes para rotas aquaviárias, embora ainda não estejam em operação.

O ordenamento territorial de Biguaçu foi mais um dos temas apresentados na Leitura Técnica, em que as análises realizadas pela equipe técnica tentaram compreender elementos da demanda e capacidade para orientar ações de planejamento. Sobre a estrutura fundiária, foram apresentados mapeamentos do cadastro de quadras e faces de logradouros, com dados do IBGE de 2021. As quadras relativamente pequenas favorecem a integração, em que imagens de Biguaçu foram mostradas dentro do contexto da área conurbada, mostrando a integração global em que Biguaçu se inclui. Foi mostrado um mapa de escolha global da região metropolitana para 2022, mostrando as vias em que é mais provável que haja deslocamento, em que claramente a BR101 se sobressai hierarquicamente. O mesmo tipo de análise foi feito também em escala mais local de Biguaçu, o que possibilitou como a construção de novas vias e loteamentos novos alteraram a integração da malha viária. Com a alça de contorno, haverá uma melhoria na integração de vias na região da Estiva e Inferninho.

O diagnóstico dos usos do solo urbano apresentado destacou o predomínio do uso residencial unifamiliar até 2 pavimentos no território do município. Embora não seja em quantidade relevante, foi mencionada a concentração de usos não residenciais ao longo de rodovias. Entre 10 e 12% dos usos correspondem a usos não residenciais (dados do CNEFE). Há maior concentração de comércio e serviços no centro e núcleos de bairros próximos, como o bairro Vendaal, Caveiras e Praia João Rosa. Indústria e logística podem não ser muito numerosos, mas ocupam grandes áreas, pois são de grande porte.



A análise das centralidades urbanas permite uma aproximação mais subjetiva dos usos, mas úteis ao planejamento urbano. Costumam ser áreas mais densas, com usos não residenciais e concentração de empregos. Foram mapeadas centralidades existentes e locais onde elas poderiam ocorrer, a partir de mapeamentos de densidades, integração, estrutura fundiária, usos, entre outros. A partir do uso de uma fórmula matemática, foram identificadas manchas que correspondem a centralidades urbanas resultantes do cruzamento dos vários fatores mencionados anteriormente. Além do centro, também haveria centralidade no João Rosa e Caveiras, Universitário e as áreas do Janaína e Bom Viver próximas à conurbação com São José, fenômeno da polarização metropolitana.

A consolidação da ocupação também foi analisada pela equipe técnica, buscando entender as áreas do perímetro urbano ainda disponíveis para ocupação, objetivando análises sobre o controle direcionamento do adensamento urbano e disponibilidade de infraestrutura urbana. Foram discutidas vantagens e desvantagens da urbanização de alta e baixa densidades. Foi apresentada uma análise e mapeamento do tamanho de lotes, mostrando uma grande presença de lotes grandes e glebas não ocupadas dentro do perímetro urbano. Foram utilizados na análise dados do cadastro de Biguaçu, disponíveis no GeoBiguaçu. Foram apresentadas simulações de ocupação urbana para o potencial construtivo previsto no Plano Diretor vigente. Quanto maior a possibilidade de verticalização (que chega a 20 pavimentos em zonas do centro), menor a consolidação (quase não foi realizado o potencial, ou seja, não foram construídos edifícios aproveitando este gabarito máximo). Por outro lado, nas áreas onde o gabarito máximo é de 2 pavimentos, é onde foi mais realizado o potencial construtivo previsto. Foi então apresentada uma simulação da população que poderia ser atingida caso fosse realizado o potencial construtivo previsto no Plano Diretor Vigente, ocupando os lotes e glebas vazios, excluindo as áreas de preservação.

A Sr^a Thayná Kozarenko, representante da Área 04, questionou como foi considerado o Bairro da Boa Vista, pois a preservação ambiental das áreas, conforme o Plano Diretor vigente, não correspondem à situação atual, sendo que há áreas planas que não deveriam ser consideradas como ZPP e ZPA, pois seriam próprias à ocupação.

A arquiteta Bianca respondeu que essa questão apareceu na leitura comunitária e que na etapa de propostas poderá ser encontrada uma alternativa que reconheça as ocupações existentes e uma possibilidade de regularização.

A Sr^a Thayná mencionou que próxima à área no Boa Vista mencionada há área rural onde estão sendo construídos chalés e que os moradores da ZPP e ZPA não freou o parcelamento e incentivou que fosse feito de maneira irregular, sendo que a suposta preservação só indica que aquela área é “proibida para pobres”, sendo que moradores



de alta renda de áreas rurais fazem ajustamento de conduta para regularizar seus imóveis.

A arquiteta Bianca retomou a discussão ocorrida na semana anterior sobre a estimativa de crescimento de Biguaçu par aos próximos 20 anos, que seria de cerca de 15 mil habitantes. Este dado foi contrastado com a análise de que o potencial construtivo do Plano Diretor vigente permitiria a alocação de uma população de 420 mil moradores. Foi mencionado que se apenas alguns vazios urbanos fossem edificados (especialmente aqueles que permitem gabaritos altos e estão bem localizados no centro), poderia ser alocado todo o crescimento populacional previsto para os próximos 10 anos. Além do centro, outros bairros, inclusive as citadas centralidades urbanas, contam com grandes vazios urbanos nas suas proximidades.

Foram apresentados dados sobre valores dos imóveis em Biguaçu, com dados da Planta Genérica de Valores e também do mercado imobiliário, com levantamento automatizado dos sites. Os valores mais baixos costumam se concentrar em áreas de ocupação recente e menor infraestrutura, enquanto os maiores valores estão no Deltaville, mesmo sendo lotes menores, mas em condomínio. Já para apartamentos, os maiores valores costumam estar no centro, embora o valor do m² de kitnets no Janaína e Bom Viver se destacam por serem os mais altos, embora com uma área muito pequena.

Alguns dados sobre a demanda habitacional no município foram apresentados. O enquadramento metropolitano foi feito com dados da Fundação João Pinheiro, com série histórica até 2019, sendo que devem ter aumentado recentemente. A busca por habitação de baixa renda em Biguaçu é um fenômeno metropolitano para aqueles que trabalham mas não tem condições econômicas para morar em Florianópolis, onde o valor do solo é consideravelmente mais alto. Os dados do PLHIS de Biguaçu de 2010 trazia uma demanda de 1.500 unidades habitacionais para alguns bairros selecionados de Biguaçu.

O Sr. André, da Área 04, perguntou se o dado mais recente disponível para a demanda habitacional é de 13 anos atrás. A arquiteta Bianca respondeu que não, que há dados mais recentes do CAD Único, de março de 2023, que indica que são 7 mil famílias aguardando uma moradia. O Sr. André pediu que se explicasse melhor os números do déficit e demanda, porque entender ser baixa a demanda de 1.500 unidades em 2010. A arquiteta Bárbara Fernandes, da equipe técnica da UFSC, respondeu que as 1.500 unidades citadas anteriormente no PLHIS correspondiam a apenas alguns bairros selecionados, pois o total indicado naquele plano era de um déficit de 16.912 unidades.



O Sr. André perguntou qual seria o órgão responsável pelos dados de demanda habitacional do CAD Único. A arquiteta Bianca respondeu que são dados municipais, embora a gestão seja do governo federal. O Sr. André perguntou quem era o responsável em âmbito municipal. O Secretário Éderson respondeu que era a Assistência Social do município, através do CRAS.

O Sr. Elson, representante da Área 01, mencionou que o déficit habitacional não necessariamente quer dizer que haja falta de imóveis, mas demanda por aquisição de imóveis.

O arquiteto Samuel Steiner, da equipe técnica da UFSC, respondeu que a composição do déficit habitacional é formada por diferentes tipos, como famílias com gasto excessivo com aluguel, famílias em situação de coabitação, entre outros.

A arquiteta Bianca continuou a apresentação sobre o tema da habitação, citando as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no município, seus tipos, áreas e localização no município e também um histórico de programas habitacionais no município, localização, faixas de renda atendidas, etc.

O Sr. Glaucio comentou sobre as ZEIS, que entende que elas devem estar integradas com o centro, não deve ser empurrada para franjas da cidade, como ocorreu na Encruzilhada, mas que ao mesmo tempo elas devem ser viáveis economicamente. Entende que algumas ZEIS em Biguaçu estão em áreas supervalorizadas, o que acaba impedindo que sejam construídas habitações de interesse social (HIS). Citou um caso de um terreno no Bom Viver, avaliado em 20 milhões de reais, e que permanece vazio por não ser viável para construir HIS devido ao alto custo.

Também foram mapeados alguns conflitos de ocupação, situações em que poderiam ser indicada a regularização fundiária, embora algumas já se encontrem judicializadas. Além da lei federal do REURB, do Lar Legal, do estado de Santa Catarina, também o município de Biguaçu possui uma lei de regularização. São 34 processos de REURB (sendo 2 de REURB-S); 9 núcleos concluídos; 177 CRFs; 12 núcleos mapeados e 4 processos de Lar Legal (dados da SEPLAN de março de 2023).

Foi apresentado um análise dos projetos de parcelamento aprovados ao longo das últimas cinco décadas. Foram comentados conflitos e ações judiciais referentes aos terrenos de marinha, sendo que existe um programa da SPU em andamento para promover a regularização de alguns casos, incluindo alguns Termos de Ajustamento de Conduta.



Foram analisados os vetores de expansão urbana previstos no Plano Diretor vigente, em que foram mostrados em mapas e vistas olho de pássaro, destacando-se o entorno da alça de contorno que tende a se configurar como área de expansão. Uma análise dos núcleos de ocupação em área rural também foi apresentada, onde há alguma concentração de usos não residenciais, embora se situem na área rural do município, como Sorocaba, Três Riachos e Amâncio.

O Sr. André João Feltz, representante da Área 03, morador da área que está sendo mostrada, perguntou qual a principal mudança desse Plano Diretor, se comparado ao anterior. Comentou que não houve incentivo ao turismo na área rural e que o Plano Diretor anterior nunca cuidou da área rural. Destacou que é necessário que haja preservação, citou algumas melhorias promovidas por terceiros, mas que o município de Biguaçu nunca fez nada, nunca resolveu nada.


A arquiteta Bianca respondeu que o processo de revisão do Plano Diretor atual ainda não chegou na etapa de propostas, que por enquanto estamos discutindo o diagnóstico. Disse que a regra federal de módulo rural mínimo de 2 hectares deve encontrar uma solução possível em nível municipal.

A Sr^a Thayná disse que a REURB já permite regularizar áreas rurais, desde que haja características urbanas, como pavimentação, e que talvez permitisse a regularização das áreas citadas.

A arquiteta Bianca abordou o último tema da reunião, apresentando um cenário tendencial, indicando o espraiamento urbano de baixa densidade em direção à alça de contorno, em vez de ocupar áreas bem localizadas e servidas de infraestrutura próximas ao centro. O mapeamento mostrado mostra alguns vetores de expansão no sentido da Encruzilhada, por exemplo. O cenário tendencial foi confrontado com o mapa de suscetibilidade de inundação, mostrando um possível conflito caso se confirme o cenário tendencial. Também foram mostradas as cartas geotécnicas de aptidão à urbanização.

O Sr. Glaucio perguntou como poderia ter acesso às Cartas Geotécnicas. A arquiteta Bianca respondeu que o município recebeu as cartas, mas que o Departamento de Geociências da UFSC pode disponibilizar as cartas. O geógrafo Márcio França, da equipe técnica da UFSC, disse que em breve haverá um portal que disponibilizará as cartas. A arquiteta Bianca deu por encerrada a apresentação da Leitura Técnica.

O arquiteto Gustavo tomou a palavra para agradecer a participação de todos e finalizar a reunião. Relembrou que na semana seguinte a Leitura da Cidade continuará, com a



apresentação da Leitura Comunitária. Lembrou a todos que a próxima reunião será on-line.

A reunião foi encerrada às 21h15.

Lista de Presença

| Entidade | Representante | 2023/2024 | REUNIÃO 03 |
|--|---------------|-----------------------------------|------------|
| | | Nome Representante | 18/05/2023 |
| Prefeito | Titular | Salmir da Silva | ausente |
| Vice Prefeito | Suplente | Alexandre Souza | ausente |
| Secretaria Municipal de Planejamento | Titular | Amanda Morlos | presente |
| Secretaria Municipal de Planejamento | Suplente | Aline Grosbelli Bracht | ausente |
| Procuradoria Geral do Município | Titular | Marcos Vinícios Gonçalves | ausente |
| Procuradoria Geral do Município | Suplente | Samantha Regina de Andrade | ausente |
| Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI | Titular | Sandro Marcos Coutinho | presente |
| Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI | Suplente | João Paulo Borba | ausente |
| Secretaria Municipal da Receita (de administração) | Titular | Éderson Kremer de Souza | presente |
| Secretaria Municipal da Receita (de administração) | Suplente | José Roberto Rodrigues | ausente |
| SM de Desenvolvimento Econômico e Inovações Tecnológicas | Titular | André Augusto Leal | presente |
| SM de Desenvolvimento Econômico e Inovações | Suplente | Paulo Rogério Venâncio dos Santos | ausente |



| | | | |
|---|----------|-----------------------------------|----------|
| Tecnológicas | | | |
| Câmara de Vereadores de Biguaçu | Titular | Daniel César da Luz | ausente |
| Câmara de Vereadores de Biguaçu | Suplente | Isabella Nunes Muller | ausente |
| Associação Comercial e Industrial Biguaçu - ACIBIG | Titular | Robson Rodrigo de Carvalho | presente |
| Associação Comercial e Industrial Biguaçu - ACIBIG | Suplente | Sandra Molinaro | ausente |
| Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC | Titular | Odemir Prazeres | ausente |
| Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC | Suplente | Izmir Luiz Junkes | ausente |
| Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC | Titular | Glaucio Staskoviak junior | presente |
| Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC | Suplente | Cláudio Jacó Bunn Júnior | ausente |
| Rotary Clube de Biguaçu | Titular | John Kennedy Lara da Costa | ausente |
| Rotary Clube de Biguaçu | Suplente | Ivonete Catarina Vieira | ausente |
| Associações de Bairros ou Associação de Moradores | Titular | João Francisco de Alcantara Silva | ausente |
| Associações de Bairros ou Associação de Moradores | Suplente | Luiz Carlos Damasco Junior | ausente |
| Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU | Titular | Jéssica Cunha do Amaral | presente |
| Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU | Suplente | Danilo Alves Milhome | ausente |
| SM de Assistência Social e Habitação | Titular | Wiler Aderço de Faria | presente |
| SM de Assistência Social e | Suplente | Tiele Priscila Nunes | presente |



| | | | |
|--|----------|---------------------------------------|----------|
| Habitação | | Granfemberg | |
| Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura | Titular | Pedro Luiz de Aquino Nau | presente |
| Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura | Suplente | Uéliton Romeu dos Santos | ausente |
| SESCON/GF | Titular | Diego Garcia Cristofolini | presente |
| SESCON/GF | Suplente | Valésio Gasperi | ausente |
| Biguaçu Transportes Coletivos | Titular | Rômulo Garcia Moreno Valle | ausente |
| Biguaçu Transportes Coletivos | Suplente | Jair João Cantalice | ausente |
| Universidades | Titular | | |
| Universidades | Suplente | | |
| Sindicato dos Trabalhadores Rurais | Titular | Herico Westphal | ausente |
| Sindicato dos Trabalhadores Rurais | Suplente | Luciana Haskel | ausente |
| Indígena | Titular | | |
| Indígena | Suplente | | |
| Colônia de Pescadores | Titular | Jorge José da Cunha | ausente |
| Colônia de Pescadores | Suplente | Graziela Terezinha Oliveira de Araujo | presente |
| Associação de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu - APREMABI | Titular | Alfredo Silva Junior | presente |
| Associação de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu - APREMABI | Suplente | Saul de Mello Ferreira | presente |
| Territorial - Área 1 | Titular | Elson João da Silva | presente |
| Territorial - Área 1 | Suplente | Priscila Lopes | presente |
| Territorial - Área 2 | Titular | Camila Gonçalves da Silva | presente |


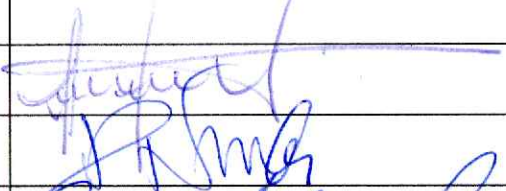


| | | | |
|----------------------|----------|-------------------------------|----------|
| Territorial - Área 2 | Suplente | Amanda de Souza | ausente |
| Territorial - Área 3 | Titular | André João Feltz | presente |
| Territorial - Área 3 | Suplente | Leonardo Germano da Conceição | ausente |
| Territorial - Área 4 | Titular | Thayná Kozarenko | presente |
| Territorial - Área 4 | Suplente | André de Lara Nunes Souza | presente |
| Territorial - Área 5 | Titular | Antônio Olivio Virtuoso | ausente |
| Territorial - Área 5 | Suplente | Israel Fernandes de Aquino | ausente |
| Territorial - Área 6 | Titular | Kleber Jacob Cachoeira | ausente |
| Territorial - Área 6 | Suplente | Bruno João Pauli | presente |

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIO

— 18/maio/2023

| | Entidade | Representante | Nome | Assinatura |
|---|--|---------------|-----------------------------------|---|
| 1 | Prefeito | Titular | Salmir da Silva | |
| 2 | Vice Prefeito | Suplente | Alexandre Souza | |
| 3 | Secretaria Municipal de Planejamento | Titular | Amanda Morlos |  |
| | Secretaria Municipal de Planejamento | Suplente | Aline Grosbelli Bracht | |
| 4 | Procuradoria Geral do Município | Titular | Marcos Vinícios Gonçalves |  |
| | Procuradoria Geral do Município | Suplente | Samantha Regina de Andrade | |
| 5 | Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI | Titular | Sandro Marcos Coutinho |  |
| | Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI | Suplente | João Paulo Borba | |
| 6 | Secretaria Municipal da Receita (de administração) | Titular | Éderson Kremer de Souza |  |
| | Secretaria Municipal da Receita (de administração) | Suplente | José Roberto Rodrigues | |
| 7 | SM de Desenvolvimento Econômico e Inovações Tecnológicas | Titular | André Augusto Leal |  |
| | SM de Desenvolvimento Econômico e Inovações Tecnológicas | Suplente | Paulo Rogério Venâncio dos Santos | |
| 8 | Câmara de Vereadores de Biguaçu | Titular | Daniel César da Luz | |
| | Câmara de Vereadores de Biguaçu | Suplente | Isabella Nunes Muller | |
| 9 | Associação Comercial e Industrial Biguaçu - ACIBIG | Titular | Robson Rodrigo de Carvalho |  |
| | Associação Comercial e Industrial Biguaçu - ACIBIG | Suplente | Sandra Molinaro | |

| | | | | |
|----|---|----------|-----------------------------------|---|
| 10 | Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC | Titular | Odemir Prazeres |  |
| | Engenharia e Agronomia de SC - CREA/SC | Suplente | Izamiir Luiz Junkes | |
| 11 | Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC | Titular | Glaucio Staskoviak junior |  |
| | Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC | Suplente | Cláudio Jacó Bunn Júnior | |
| 12 | Rotary Clube de Biguaçu | Titular | John Kennedy Lara da Costa | |
| | Rotary Clube de Biguaçu | Suplente | Ivoneite Catarina Vieira | |
| 13 | Associações de Bairros ou Associação de Moradores | Titular | João Francisco de Alcantara Silva | |
| | Associações de Bairros ou Associação de Moradores | Suplente | Luiz Carlos Damasco Junior | |
| 14 | Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU | Titular | Jéssica Cunha do Amaral |  |
| | Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU | Suplente | Danilo Alves Milhome | |
| 15 | SM de Assistência Social e Habitação | Titular | Wiler Aderço de Faria |  |
| | SM de Assistência Social e Habitação | Suplente | Tiele Priscila Nunes Granfemberg | |
| 16 | Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura | Titular | Pedro Luiz de Aquino Nau |  |
| | Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura | Suplente | Uéliton Romeu dos Santos | |
| 17 | SESCON/GF | Titular | Diego Garcia Cristofolini |  |
| | SESCON/GF | Suplente | Valésio Gasperi | |
| 18 | Biguaçu Transportes Coletivos | Titular | Rômulo Garcia Moreno Valle | |
| | Biguaçu Transportes Coletivos | Suplente | Jair João Cantalice | |

| | | | | |
|----|---|----------|---------------------------------------|--------------------------|
| 19 | Universidades | Titular | | |
| | Universidades | Suplente | | |
| 20 | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | Titular | Herico Westphal | |
| | Sindicato dos Trabalhadores Rurais | Suplente | Luciana Haskel | |
| 21 | Indígena | Titular | | |
| | Indígena | Suplente | | |
| 22 | Colônia de Pescadores | Titular | Jorge José da Cunha | |
| | Colônia de Pescadores | Suplente | Graziela Terezinha Oliveira de Araujo | Graziela T. O. de Araujo |
| 23 | As. de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu - APREMABI | Titular | Alfredo Silva Junior | |
| | As. de Preservação do Meio Ambiente de Biguaçu - APREMABI | Suplente | Saul de Mello Ferreira | |
| 24 | Territorial - Área 1 | Titular | Elson João da Silva | |
| | Territorial - Área 1 | Suplente | Priscila Lopes | Priscila |
| 25 | Territorial - Área 2 | Titular | Camila Gonçalves da Silva | |
| | Territorial - Área 2 | Suplente | Amanda de Souza | |
| 26 | Territorial - Área 3 | Titular | André João Feltz | |
| | Territorial - Área 3 | Suplente | Leonardo Germano da Conceição | |
| 27 | Territorial - Área 4 | Titular | Thayná Kozarenko | Thayná Kozarenko |
| | Territorial - Área 4 | Suplente | André de Lara Nunes Souza | |

| | | | | |
|-----------|----------------------|----------|----------------------------|--|
| 28 | Territorial - Área 5 | Titular | Antônio Olívio Virtuoso | |
| | Territorial - Área 5 | Suplente | Israel Fernandes de Aquino | |
| 29 | Territorial - Área 6 | Titular | Kleber Jacob Cachoeira | |
| | Territorial - Área 6 | Suplente | Bruno João Pauli | |

